

trabalho *necessário*

issn: 1808-799X

ano 5 - número 5 - 2007

Artigo

LUTA DE CLASSES E BUROCRATIZAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS FRENTE ÀS REFORMAS ADMINISTRATIVAS EM MINAS GERAIS

Lorene Figueiredo

Mestre em Educação UFF

lorenefigueiredo@gmail.com

O presente artigo tem por objetivo caracterizar as mudanças de atuação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação frente às reformas empreendidas pela burguesia à frente da administração do Estado de Minas Gerais[i]. O trabalho parte da hipótese de que a atuação do Sindicato Único mudou não apenas pelas condições objetivas impostas pela luta de classes, mas também por que suas lideranças, ao longo dos últimos dezesseis anos, burocratizaram-se e tornaram-se interlocutores privilegiados do Estado Neoliberal.

O artigo divide-se em três seções. Na primeira apresenta-se o histórico das reformas administrativas e educacionais no estado de Minas Gerais, através das quais podemos observar a maior subsunção real[ii] dos trabalhadores ao processo de reprodução ampliada do capital. Na segunda parte apresenta-se a trajetória de mudanças ocorridas no Sindicato em questão através da análise das teses dos congressos desta entidade. Na terceira parte buscamos sintetizar o porquê deste processo de mudanças que, sem desconsiderar a materialidade da luta de classes dos anos de neoliberalismo na

América Latina, ressalta o transformismo^[iii] sofrido pelas lideranças populares que se constituíram do período da abertura democrática até os dias de hoje, mais especificamente organizados em torno do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e, finalmente, do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação - Sind-UTE.

As Reformas Neoliberais em Minas Gerais.

A abertura democrática em Minas a partir de década de 80 refletiu, assim como para o país, uma derrota histórica dos movimentos sociais^[iv]. Estava em curso, orquestrada pela burguesia no Brasil, a reorganização do Estado que, de maneira alguma refletia os interesses dos trabalhadores. A frente política estabelecida pela abertura e a percepção da ditadura como “apenas” militar, ocultando o caráter de classe do golpe.

A elite dominante em Minas não foi afetada, no que diz respeito ao controle do Estado, pela onda democrática. A elite seguiu a passos ‘tranqüilos’ a travessia das duas últimas décadas. Suas características fundamentais não se alteraram: continuam firmemente apegadas às propriedades da terra, estabeleceram o desenvolvimento industrial em associação ao capital estrangeiro e são parceiros da nova onda de investimentos externos na fase aguda de financeirização que caracteriza o capital monopolista hoje. Isso traz desdobramentos para as relações econômicas, efeitos que percorrem de cima a baixo a estrutura e a superestrutura.

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, o estado de Minas se mantém apoiado nas seguintes áreas: o agronegócio, a siderurgia, o negócio de gemas (incluída a lapidação), os serviços (com destaque atualmente para o investimento em turismo e em educação), as montadoras de automóveis e as fábricas que gravitam em torno delas.

O parceiro de investimentos do Estado é o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que exige como contrapartida pelos repasses as alterações na forma de organização do Estado e da administração dos fundos públicos. O exemplo recente foi a aplicação do “choque de gestão” ^[v] que retirou das várias áreas sociais recursos da ordem de 2,4 bilhões de reais (o valor do suposto enxugamento das contas do Estado).

As demandas do capital exigem mão de obra farta, barata, com baixo nível de qualificação para a realização de tarefas pouco complexas. Dadas as atividades econômicas desenvolvidas no estado de Minas, fica caracterizada uma opção de organização da produção por um modelo complementar, periférico. Isso rebaixa ainda mais a exigência de qualificação e diminui a função da escola e seus profissionais. Estas demandas informam e justificam as reformas no âmbito do estado, tanto as educacionais

quanto as pedagógicas e são a contrapartida dos acordos firmados com o organismo financeiro já mencionado.

O ensaio geral destas reformas remonta ao governo de Tancredo Neves e Hélio Garcia, iniciado em 1983, e perpassa toda a década de oitenta. Dentro do período ainda ditatorial era mais evidente a alternância entre a coerção e consenso.

O governo de Hélio Garcia[vi] é marcado pelo discurso da modernização da educação. Tomando como mecanismo de sedução e cooptação o processo de abertura democrática o governo mineiro lança a proposta de realização do Congresso Mineiro de Educação. O objetivo seria criar subsídios a partir do Congresso para a realização das mudanças na educação, a tática revelava a tentativa de obter o consenso dos trabalhadores para as reformas que seria postas em curso. Concomitantemente ocorriam reformas administrativas. O levantamento preliminar feito pelas secretarias envolvidas no processo identificou um 'excessivo' número de funcionários na secretaria de educação. Foram tomadas medidas de racionalização como, por exemplo, a separação dos cargos administrativo-burocráticos e algumas funções especializadas. O trabalho docente é levado à condição de polivalência como nos mostra o inciso III, do artigo 16, do decreto nº. 26.515 de 1987 este definia que, em último caso, o uso do trabalhador docente deveria ser feito "para qualquer atividade, área de estudo ou disciplina". Este processo teve a direção do então secretário de administração e desburocratização[vii].

O governo utiliza sistematicamente até hoje, a tática de discutir planos de carreira, quadros funcionais ou planos de salários todas as vezes que há necessidade de induzir a motivação e a fidelidade dos trabalhadores em relação à reorganização do processo de trabalho. Tavares (1995) e Silva (1994) consideram táticas de 'incentivo' para este período: a valorização do profissional expressa em gratificação de incentivo à docência, incorporação da 'produtividade', acesso e progressão horizontal, convocação via concursos públicos[viii]. Os trabalhadores em educação avaliavam que o governo tinha conseguido iludir parcela significativa dos trabalhadores com esta tática. Na tentativa constante de quebrar a resistência dos trabalhadores, com o governo seguinte, de Newton Cardoso (1987-1990), seriam adotadas medidas mais duras, centradas na coerção.

A modernização foi implantada, segundo SILVA (1994:234), através de ações de caráter econômico e tecnocrático. Rapidamente os projetos pedagógicos foram abandonados em favor das medidas de contenção de gastos. As medidas permitiram a intensificação da exploração da mão de obra da mesma forma que os processos de modernização no setor produtivo o permitem. É o ajuste conservador[ix]. Era evidente o não compromisso com a universalização da educação de qualidade, a lógica economicista e tecnocrática surge em seu lugar, revelando a natureza de classe dos governos desde a abertura democrática. A partir de 1987 um conjunto de medidas de natureza

racionalizadora[x] foi tomado no estado de Minas como forma de ajustar o processo de trabalho no setor público ao novo ciclo de acumulação do Capital. O governo conseguiu, sem aumentar a qualificação da força de trabalho ou inserir novos meios de trabalho, não só enxugar gastos com pessoal como fazer o profissional da educação trabalhar extensivamente, com os mesmos processos.

A garantia da qualidade apresentada nos documentos do governo estava em clara contradição com as condições objetivas de realização do trabalho. Os espaços de participação inaugurados no governo anterior com o Congresso Mineiro de Educação começavam a mostrar sua natureza regulatória e restringiram-se progressivamente, ao âmbito do cotidiano escolar em decisões pedagógicas que buscavam soluções imediatas e que não alteram as relações do trabalho pedagógico ou dos processos de trabalho e muito menos de financiamento. Os trabalhadores[xi] realizaram um grande embate contra estas medidas e será objeto da segunda parte deste artigo.

A partir de 1990, as ações do governo deixam o caráter experimental e assumem um corpo teórico sistematizado e tornam-se parte da política do Estado em Minas, demonstrando assim o controle que a elite empresarial mineira detém sobre o processo de reformas em curso, revelando sua direção e sentido.

Após o período de mudanças drásticas, as reformas se aprofundam com a implantação do Programa Pró-qualidade, sob o governo de Hélio Garcia (1991-1994). A recuperação institucional do setor público é apresentada como um dos pilares para a solução dos problemas enfrentados pelo Estado. Essa recuperação seria realizada através de três aspectos da reorganização: institucional, financeira e administrativa.

A reorganização administrativa previu a modernização do aparato administrativo do Estado [xii].

Através da racionalização dos métodos e processos de trabalho dos serviços públicos a par da reestruturação dos quadros de pessoal para adequá-los aos novos objetivos, almejando o resgate da dignidade dos servidores públicos.(Plano de Governo de Minas XXI, 1991:17).

É sob a égide desse documento que é criada a versão adaptada para a educação do programa de reorganização do Estado. O projeto Pró-qualidade na educação surgiu sob os auspícios do Banco Mundial e aprofundou as alterações no funcionamento da Secretaria de Educação. Ocorre uma mudança de eixo do enfoque dado à questão da educação: de assunto pertinente à área das políticas públicas passa a questão meramente técnica, de racionalização e otimização da administração dos recursos materiais e humanos. As mazelas da educação deixam de ser estruturais e crônicas como a falta de vagas, de investimentos, de aparelhamento das escolas, de salários, de corpo docente

efetivo e passam a ser a evasão e reprovação. O novo padrão de qualidade apregoado pelo governo está contraposto à repetência e esta torna-se a medida do desempenho escolar. O projeto delinea a gestão escolar tanto do ponto de vista da administração quanto da organização do ensino (métodos e processos de trabalho). O Pró-qualidade estabeleceu cinco prioridades básicas[xiii]: a autonomia da escola no âmbito financeiro, administrativo e pedagógico; o fortalecimento da direção da escola; o aperfeiçoamento e a capacitação dos professores; a avaliação externa dos alunos; a integração dos municípios. A concepção de qualidade, pelo viés empresarial que estava presente na reforma, estava atrelada ao enxugamento dos gastos, a racionalização do trabalho e pautada em uma concepção de formação humana que atende de maneira funcional ao sistema capitalista e às necessidades do empresariado mineiro[xiv]. Cumpre destacar que estas medidas fazem parte do “pacote” de recomendações do Banco Mundial, financiador do projeto e demais agências internacionais (cf. Fonseca apud TEIXEIRA, 2002:76). Foram criados seis subprojetos como forma de viabilizar a melhoria da ‘produtividade’ na escola: a implantação de avaliação de desempenho docente para o fortalecimento da gestão; o aperfeiçoamento do gerenciamento tendo como objetivo a melhoria da infra-estrutura e dos recursos humanos; o aprimoramento constante do currículo e dos docentes; do fornecimento de materiais e equipamentos; a reestruturação e otimização dos recursos existentes com vista à reorganização do atendimento escolar. A coordenação e supervisão do projeto e das suas articulações foram realizadas juntamente com o Banco Mundial.

É importante destacar que os subprojetos também previam a contratação de serviços de estudos e pesquisa sobre gestão, sobre métodos e práticas de capacitação docente, avaliação de sistemas entre outros. Suponho que todos esses procedimentos interferem na relação de trabalho do professor como elementos que retiram dele a autonomia, a autoridade sobre o processo de trabalho em educação. Considero as reformas como um processo de expropriação crescente e, nesse sentido, um aprofundamento da alienação[xv] nas relações de trabalho na escola, desqualificação do trabalho, justificando assim os baixos salários e favorecendo a ampliação da exploração. Com o governo seguinte a implantação da modernização conservadora se aprofundou.

A eleição de Eduardo Azeredo (1994-1997) não alterou o conjunto de reformas, na verdade os manteve e aprofundou. O homem de ligação e responsável pelo gerenciamento deste processo foi Walfrido dos Mares Guia Neto.[xvi] O novo governo manteve o Pró-qualidade. As premissas para a política de educação: autonomia administrativa, financeira, pedagógica. Uma política, de acordo com o texto, comprometida com o ‘sucesso’ dos alunos e com a elevação da qualidade e avaliada externamente. Valorização do magistério promovendo sua profissionalização. Redefinição do papel do estado e suas secretarias. Além disso, financiamento das ações de valorização como remuneração. Análise dos impactos previdenciários de ativos e inativos, projeções de

aposentadorias, aumentos de remuneração e alteração na carreira, gestão de políticas, planos e normas de acesso, promoção e avaliação do magistério. Estratégias como avaliação dos resultados da escola, fortalecimento da direção através de 'seleção competitiva interna' seguida de treinamento dos novos escolhidos, capacitação e requalificação do magistério, municipalização da educação fundamental foram postas em andamento. O plano mantinha a racionalização neoliberal e suas implicações.

Com as resoluções 7.762, 7.763, 7.764, da Secretaria Estadual de educação, que trataram da organização e funcionamento do ensino, das normas de organização do quadro de pessoal e do desmembramento e integração das escolas estaduais respectivamente, foram processos de intensa movimentação e deslocamento de pessoal e geraram reações de temor, resistência e protestos por parte dos trabalhadores. A consequência imediata da publicação das resoluções foi a não renovação do contrato de 32 mil trabalhadores, sendo 18 mil professores e 12 mil auxiliares de serviços gerais. Segundo levantamento do Sind-UTE, até abril de 1996, as demissões contabilizavam um total de 6.000 trabalhadores em 62 municípios[xvii]. Observo que esses dispositivos como a não renovação dos contratos, a nucleação e a municipalização, cumpriram um papel favorável e eficaz no conjunto dos processos de reordenamento da escola: permitiram a economia dos recursos e sua realocação de acordo com os interesses da administração, permitiram o disciplinamento da força de trabalho e o rebaixamento geral das condições de reprodução da mesma. Decorre dessas funções a manutenção de número tão expressivo de trabalhadores em regime de subcontratação[xviii].

Com a administração de Itamar Franco, Murilo Avelar Hingel assumiu a pasta da educação. O PMDB, mesmo partido de Newton Cardoso, se apresenta agora com uma atuação que se pretende democrática e participativa, muito diversa das ações coercitiva empreendidas ainda na década de 1980. Contudo, se a apresentação é diferente o conteúdo não destoa. O governo de Itamar (PMDB) confere a versão mais acabada, o corpo teórico necessário para que o mesmo possa avançar e assumir sua versão mais acabada sob a gestão de Aécio Neves (PSDB/PL) [xix]. Neste período foram realizados dois encontros com os educadores, um ainda na campanha eleitoral e outro após a eleição, os Fóruns Mineiros de Educação I e II[xx]. O projeto descendia diretamente das reformas implantadas pelos governos anteriores bem como daqueles desenvolvidos pelo governo federal quando Itamar ainda era presidente, tendo, inclusive, os mesmos organismos financiadores[xxi]. Nada do que seja fundamental para a política educacional em vigor no Estado foi alterado (diretriz, objetivo, ação). Habilmente, o governo conseguiu implementar e aprofundar todas as reformas e seus projetos correspondentes pela via do consenso, pela institucionalização das políticas fragmentadas e compensatórias, pela formação tecnicista com discurso emancipatório com o respaldo de fóruns que aparentemente foram democráticos. O número de instituições ligadas ao governo ou de entidades privadas era superior às representações de trabalhadores, bem

como o número de delegados.[xxii] O teor do texto apresentou a educação pela sua função mais arcaica, presente no pensamento educacional das elites brasileiras: redentorista, panacéia para todos os males sociais.

A educação é vital considerando-se suas correlações com diversos setores e áreas, nas relações de emprego, de produtividade, de competitividade, geração e uso de tecnologias modernas. A educação está intimamente ligada às questões do ambiente, à formação e preservação dos valores, prevenção contra a violência, as drogas, as doenças sexualmente transmissíveis etc. Sobretudo é vital na busca da felicidade, do bem comum, nas relações humanas, na promoção do Humanismo. (Escola Sagarana, 2001:04).

Contraditoriamente, enquanto os princípios apontavam para o atendimento das demandas sociais os objetivos se mantinham dentro da abordagem empresarial e as saídas eram as liberais, mesmo sem nomeá-las como tais: parcerias das escolas públicas com as empresas, financiamento privado, voluntariado, programas fragmentados. Mecanismos de avaliação externa para docentes e discentes e treinamento em serviço para a gestão escolar colocavam os projetos na continuidade do Pró-qualidade. Ao mesmo tempo em que defendia a criação de um sistema mineiro de educação, apresentava como solução para o déficit crônico de vagas no ensino médio, o incentivo à criação de escolas comunitárias. Para a carreira do magistério era lançada a proposta de avaliação de desempenho para progressão na carreira[xxiii]. O Programa de Avaliação de Desempenho tinha como meta introduzir no Sistema Mineiro de Educação "mecanismos permanentes e modernos de avaliação do desempenho de escolas, profissionais e alunos para a apuração da qualidade e dos resultados educacionais". Através desses instrumentos pretendia-se "Promover a constante melhoria da qualidade do ensino, aperfeiçoamento das técnicas pedagógicas, a qualificação crescente dos profissionais da educação e a obtenção de padrões elevados de sucesso".(Escola Sagarana; 2001:29).

Ao término de seu mandato Itamar Franco não havia cumprido nenhum dos compromissos assumidos com os trabalhadores em educação expressos nos Fóruns Mineiros de Educação: não deu posse aos professores concursados, não implementou uma tabela salarial ou política de proteção aos salários. O texto do Pleno de Carreira encaminhado por ele à Assembléia Legislativa de Minas Gerais foi obstruído pela bancada do PSDB.

O governo Aécio Neves (PSDB/PL) partiu do estabelecimento de quatro prioridades: a necessidade de alcançar o equilíbrio fiscal e o controle orçamentário; geração de receitas com melhoria na arrecadação da receita arrecadada, qualquer que seja sua natureza; o zelo por parte de cada integrante do governo, até o mais baixo escalão, pela melhor qualidade do gasto; em sintonia com o governo federal, buscar uma solução para a questão previdenciária. Nesse sentido o governo defendeu a necessidade de um trabalho

intensivo e extensivo de modernização e de inovação da gestão pública, sendo prioritário em sua visão: máxima informatização de processos e de produtos, com ênfase no desenvolvimento do “*governo eletrônico*”.

Sob a inspiração dos critérios de qualidade e produtividade empresariais o governo aprofundou as alterações nas relações de trabalho dos servidores. Garantia os direitos adquiridos dos atuais servidores. Contudo, a situação dos novos servidores seria distinta. Acabava o aumento automático dos salários por tempo de serviço. A promoção seria feita por critérios de desempenho do órgão e do indivíduo. Não haveria quinquênio, biênio e trintenário e os ganhos salariais viriam com a criação do Adicional de Desempenho (ADE). Além disso, a referência para o percentual de reajuste dos servidores passou a ser a arrecadação de tributos no estado, mais especificamente, o ICMS. O regime de previdência entrou em fase de transição para se ajustar à Reforma Previdenciária do Governo Federal, bem como o Instituto de Previdência dos Servidores. O Diário Oficial do Estado de Minas Gerais publicava, em 15 de maio de 2003, as mudanças que o governo implementaria. Os objetivos proclamados são melhorar o atendimento do serviço público com estímulo à produtividade e à qualidade; valorizar o funcionário com mudanças nas formas de promoção; sanear as contas do estado e recuperar a sua capacidade de investimento[xxiv].

Um novo Plano de Carreira foi enviado para apreciação da Assembléia Legislativa em detrimento do que foi negociado ao longo do governo anterior com os trabalhadores. Enviado como mensagem nº 135/2003 de Projeto de Lei à Assembléia, estava absolutamente integrado à reforma administrativa do governo e colocava novos desafios às lutas dos trabalhadores em educação. A mensagem demonstrava com clareza os objetivos do governo:

Os servidores poderão desempenhar suas atribuições em quaisquer dos órgãos e entidades, mediante decreto de relocação do cargo ou simples ato de transferência. Possibilitará um aumento significativo da mobilidade institucional, setorial e intersetorial dos servidores efetivos da administração pública. Desta forma, grande parte da demanda por servidores em cada órgão ou entidade poderá ser suprida sem a criação de cargos e, por conseguinte, sem implicar aumento de despesas com o pessoal. (Mensagem nº. 135 de dezembro de 200:01).

Podemos observar os mecanismos de subordinação real do trabalhador em funcionamento, bem como os mecanismos de valorização e gerência capitalista[xxv]. O princípio da “produtividade” e da “qualidade” sem investimento, e com a justificativa ideológica que responsabiliza individualmente o servidor pelo mau funcionamento da máquina administrativa ou da educação. A mobilidade elimina a ‘porosidade’ no processo de produção do trabalho docente[xxvi].

Se do ponto de vista da atuação dos governos que estiveram à frente da

administração pública no Estado de Minas Gerais não houve mudanças no que diz respeito a adoção do neoliberalismo, o mesmo não se pode dizer da organização dos trabalhadores em educação em torno do seu sindicato. Ao longo dos 27 anos de sua existência o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação esteve sob a direção da mesma corrente política: a Articulação Sindical[xxvii]. Mas sua orientação política e sua concepção sindical mudaram e é esta mudança o objeto da segunda parte deste artigo.

A Organização dos Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais.

A organização dos trabalhadores em educação de Minas Gerais assim como do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul remonta aos anos de 1930 ao período do Estado Novo de Getúlio Vargas e a organização tripartite que caracteriza o contrato social do período[xxviii]. Nesse primeiro momento sob a forma associacionista, que se mantém até o final da ditadura empresarial - militar.

Com o esgotamento do modelo econômico denominado 'milagre brasileiro'[xxix] as tensões entre as demandas sociais e o governo provocaram o ascenso das lutas e a reorganização dos movimentos sociais[xxx], entre eles , e em especial , o movimento sindical cujo epicentro foi o ABC paulista, a partir das jornadas grevistas de 1979[xxxj].

A participação dos trabalhadores em educação destas jornadas de lutas se insere no contexto de organização dos servidores públicos e é fundamental para que ocorra a mudança da perspectiva associacionista para a classista. No caso do sindicato em questão, a greve de 1979 foi uma importante experiência organizativa que levou a superação da APPMG e a criação da UTE[xxxii]. Ao longo da greve a atuação das lideranças demonstrou, pela dinâmica das lutas, aspectos importantes do momento histórico vivido. A greve se realiza dentro da conjuntura de uma greve nacional de professores, com a atuação estreita entre o sindicato e os movimentos sociais, o apoio de pais e alunos, de importantes e bem estruturados sindicatos da época (como têxteis e bancários) greve de solidariedade dos professores universitários, a utilização das paróquias para realizar as reuniões de lideranças e as assembléias, fundamentais para viabilizar o movimento no interior, onde a coerção do estado era enfrentada por contingentes menores de servidores. Podemos inferir que estava em curso uma importante experiência[xxxiii] que poderia elevar a consciência daqueles trabalhadores para uma dimensão classista o que nos parece ter ocorrido pela própria definição do nome do sindicato como de trabalhadores em educação.

Ao término da greve as conquistas foram as maiores da época, como por exemplo, o reajuste de 114% para os salários. Mas o ganho principal seria organizativo. Os

trabalhadores romperam com a representação e tutela da APPMG e criaram a UTE, União dos Trabalhadores em Educação. A marca da ruptura carregava uma nova concepção de atuação sindical: classista, independente e autônoma. A estrutura organizativa institucionalizada foi vivenciada durante a realização da greve: pautada na democracia direta, na auto-organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. Neste momento liderança é base que se constitui liderança de forma orgânica. O movimento nascido antes da organização viveria o desafio de conservar a dinâmica e a organicidade entre lideranças e base, fundamental para a força de qualquer movimento de trabalhadores, assim como é fundamental a filosofia, a concepção política que o informa. Estes trabalhadores participaram intensamente, neste período, da organização de outras importantes ferramentas de atuação na arena política: a CNTE, a CUT e o PT.

Ao longo da década de 1980, em confronto com os governos do PMDB, a UTE protagonizou as mais belas lutas em Minas Gerais em defesa da educação pública. É emblemática a jornada de 1988 e 1989, dois anos de lutas contra o truculento governo de Newton Cardoso. Durante este período os trabalhadores em educação e seu sindicato agregaram outras entidades de representação tanto de movimentos sociais (como associações de pais e alunos) como sindicais e ainda obtiveram importante apoio de intelectuais ligados a Universidade Federal de Minas Gerais que realizaram importante Fórum de Debates sobre a situação da educação no estado. A culminância do processo foi a realização de uma CPI da Educação [xxxiv] e o enterro público do PMDB [xxxv]. Ao longo da década, segundo a bibliografia consultada [xxxvi] os trabalhadores continuaram a atuar na forma de sua organização original, embora alguns autores como TAVARES (1995) já identificassem neste período alguns indícios de burocratização das relações entre direção e categoria. Contudo, o movimento ainda guardava o dinamismo e o vigor no enfrentamento contra os governos à frente do Estado.

Esta forma de atuação começa a mudar na década de noventa. É sintomático que a mudança ocorra no momento em que as várias entidades de representação ainda remanescentes do final da ditadura empresarial-militar realizam um congresso de unificação e criam o Sind-UTE, acatando a orientação da CUT para a organização de sindicatos únicos por ramo de atividade [xxxvii]. O Congresso de unificação ocorreu em 1990. A partir desta data ocorreram, ao longo dos dezesseis anos subseqüentes sete congressos, cujas teses e resoluções analisei. Além disso, os boletins, informativos e cartilhas produzidos ao longo do período também foram fontes de pesquisa. Após o percurso por todas as fontes podemos afirmar que o Sind-UTE abandonou completamente sua orientação original, plasmada no primeiro congresso da entidade e que guardava em seus estatutos a matriz das lutas e a forma organizativa daquela experiência.

Havia pelo menos em seu discurso a defesa de um socialismo difuso. Não há mais. A defesa é de uma sociedade mais 'justa' e 'fraterna'. O conflito entre as classes

fundamentais deixou de balizar as avaliações políticas realizadas nos encontros desta entidade. Em seu lugar surgiu a busca constante de interlocutores e parceiros na sociedade e do diálogo para construir aquela sociedade mais justa e fraterna. Os trabalhadores deixaram de ser protagonistas do processo de emancipação e transformação da sociedade para se tornarem participantes, colaboradores dessa construção. A concepção de democracia deixou de ser a democracia dos trabalhadores para ser a concepção de democracia representativa, liberal. A fórmula “Sindicato Cidadão” sintetiza tal posicionamento político.

No âmbito das análises de conjuntura o caráter descritivo permaneceu preciso, mas as conclusões decorrentes foram modificadas. No campo internacional a crítica ao imperialismo permaneceu, mas nos dois últimos congressos a defesa da liberalização da economia e o destaque a ampliação do emprego com a desregulamentação se colocam em contradição com a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores do início da organização.

No que diz respeito à conjuntura nacional desde a unificação, observamos o posicionamento de atacar a política econômica dos governos e no aspecto político, apenas realizar a crítica ao modelo neoliberal. Atualmente a defesa do governo Lula, que ataca os direitos dos trabalhadores e aprofunda as políticas neoliberais no Brasil é absoluta, demonstrando toda a perda de autonomia da organização em relação aos governos e aos partidos.

Na política estadual, ao longo dos anos de 1990, o enfrentamento com os governos reacionários como o de Newton Cardoso cedeu lugar à crítica à política econômica sem criticar diretamente o governo, inclusive defendendo algumas de suas ações, como no caso do governo Itamar e, finalmente, a negociação direta, sem pressão de mobilizações de massa, com o governo francamente regressivos de Aécio Neves.

A participação e o relacionamento com outras entidades também mudaram. A relação com as demais entidades dos servidores públicos ficou relegada a segundo plano. Por outro lado, o reforço da atuação verticalizada, em fóruns mais amplos como a CNTE e a CUT foram privilegiados, inclusive, a participação de organizações internacionais de orientação liberal como a ORIT e a CIOSL[xxxviii].

No começo de sua organização o sindicato tinha uma discussão sobre a concepção de educação pública, que remetia a uma educação humanista, à escola unitária de Gramsci. Nas resoluções a concepção de educação desapareceu e cedeu um lugar cada vez maior às análises dos projetos neoliberais dos governos e finalmente abraçou esses projetos, considerando que poderiam ser melhorados e que não eram ruins, faltando apenas financiamento e formação para sua realização. A crítica à concepção de educação

utilitária foi abandonada. No relacionamento com a política educacional nacional da crítica aos projetos como a LDB de Darcy Ribeiro e aos PCNS o Sindicato passou a defesa de todo o programa de educação federal que reproduz a mesma lógica dos governos anteriores como o FUNDEB, o ProUni e a conversão da dívida[xxxix], sem falar nas políticas compensatórias como o bolsa família entre outros.

Nas relações de trabalho o Sindicato que inicialmente avaliava a necessidade de realizar uma “luta pedagógica” apoiado no conceito de alienação e passa a defender a aplicação dos projetos do governo tanto federal quanto estadual, sendo necessário para seu sucesso o treinamento em serviço.

As lutas gerais foram se alterando igualmente, embora a orientação política e os programas dos governos não tenham sido alterados. Assim o Sindicato migrou do “Fora Collor” para as críticas à economia em Itamar e a defesa da estabilidade da economia, para o “Fora FHC” e finalmente a defesa do governo Lula e críticas genéricas às reformas, sendo que sob a direção da Articulação o Sindicato passou a acreditar que as mesmas podem ser revertidas e melhoradas dentro da ótica dos trabalhadores.

No âmbito das políticas sociais o Sindicato abandona a defesa da igualdade e universalização dos direitos para a equidade e à política de discriminação positiva em oposição à política de universalização.

No âmbito das questões corporativas a defesa da educação pública e de relações de trabalho com garantias de direitos, migrou para a aceitação das propostas do governo, inclusive do plano de carreira, deixando aprovar para depois tentar melhorar. E com a garantia de direitos para setores da categoria (trabalhadores estáveis) calcados no aprofundamento da exploração sobre os demais, em regime de subcontratação. Ao invés de organizar lutas de massa, que garantissem a unidade dessa fração de classe contra esses ataques.

A estrutura e a organização também mudaram. A mudança de departamentos para coordenações não significou a horizontalização e democratização das instâncias executivas. Houve concentração de funções e enxugamento dos quadros das coordenações, embora o número de diretores tenha continuado o mesmo. As funções das instâncias também foram alteradas. A tradição política dos professores deste Sindicato era a democracia direta no início da UTE. As decisões eram tomadas nas Assembléias e encaminhadas por comissões de escolas e coordenações regionais. Essa foi a origem inclusive, da estrutura que se materializou em seus estatutos. Ao longo da última década essa estrutura foi alterada lentamente. A assembléia geral continuou com suas funções em aberto, uma vez que qualquer tema que não possa esperar um congresso ou assuntos de campanha salarial deva ser submetido a ela. Contudo, as atribuições do conselho geral

foram sendo ampliadas e da direção estadual também ao mesmo tempo em que, na prática, as funções da assembleia geral foram esvaziadas. Houve a mudança de direcionamento das funções e a adoção da democracia indireta, representativa, nas instâncias deliberativas. As assembleias igualmente passaram a ser de filiados e não da categoria, da mesma forma, as instâncias representativas nas escolas e subsedes como representantes de escola, comissões, representantes de subsedes só podem ser ocupados por filiados.

A mesma relação indireta presente nas instâncias pode ser observada na relação com o Estado. Não há mais o enfrentamento direto, mas a busca de um intermediador dos diálogos que passa a ser realizado cada vez mais pelo legislativo e pela cúpula da Central Única dos Trabalhadores, em adoção explícita pelas lideranças, da posição de detentores do monopólio da força de trabalho, passando a negociá-la com o governo de ocasião. É o rompimento progressivo com a concepção de sindicato como organizador de setores da classe trabalhadora e que a apresenta como força social, para a adoção do viés liberal.

Nessa 'nova' abordagem a greve de massa deixa de ser a forma de enfrentamento com o patrão. Na verdade ela é dispensável. Assume um caráter ritualizado de manutenção da unidade 'formal' entre os trabalhadores. Para fora da organização significa a demonstração de controle que a direção tem sobre a organização, mantendo-se como interlocutor privilegiado do patrão, ainda que a tentativa deste seja a constante desmobilização e destruição da representação.

O esvaziamento da função da greve também pode ser visto nas constantes paralisações, com atos isolados, com número cada vez mais reduzido de participantes da categoria que contribuem mais para reforçar a nova forma de atuação vinculada ao sindicato orgânico e a reforma sindical do que para a reorganização dos trabalhadores[xi].

Assim sendo, a atuação da direção do Sindicato analisado tem sido a de conter o movimento dos trabalhadores. Esse processo tende a se aprofundar quanto mais postos esses dirigentes ocupam na estrutura do Estado, demonstrando assim que os interesses particulares da corrente política que dirige o Sind-UTE estão em oposição aos interesses da categoria que representa. O fato de conseguir se manter desde 1979 à frente dessa organização demonstra a realização da hegemonia burguesa sobre essa organização de trabalhadores. Podemos observar através deste objeto de pesquisa, a ampliação do Estado, nos moldes teorizados por Gramsci[xii]. Os mecanismos de controle da classe tornam-se internos à organização que deveria combatê-los, mantendo o conflito não entre as classes, mas dentro da própria classe trabalhadora.

Estas transformações ocorreram nas organizações dos trabalhadores hegemônicas pela corrente política Articulação. Passam conjuntamente a adotar o

social-liberalismo[xlii] os sindicatos por ela dirigidos, a CUT e o PT. As relações entre Sindicato, Central e Partido são invertidas no que diz respeito às formas de organização democrática. Sindicatos passam a espelhar a lógica organizativa do Partido e sua existência alimenta com votos e quadros a organização partidária. As lideranças de sindicatos, Central e partido tenderam a autonomização em relação aos trabalhadores e passam a defender os interesses do grupo ao qual pertencem, tornando-se o que MANDEL (2005) qualifica como clientela. Assim chegamos a terceira e última parte do presente artigo.

O Sind-UTE, a CUT , o PT e o Fenômeno da Burocratização.

A mudança na orientação do Sind-UTE revela sua burocratização fenômeno que ocorre nas estruturas organizativas da classe trabalhadora onde a corrente política Articulação se tornou hegemônica.

No PT, de acordo com GARCIA (2000), os elementos internos das mudanças são fundados na vitória eleitoral do PT, em 1988, que representou a integração ao regime político, que anteriormente combatia. Tal integração iniciou o processo de burocratização das lideranças que detém os cargos na administração do Estado, tanto no executivo quanto no legislativo. Externamente, a ampliação da hegemonia neoliberal e a crise do chamado 'socialismo real'. A revisão que esses elementos provocaram na concepção política do PT levou o partido a se apresentar como 'pós-comunista' e 'pós-social-democrata', a afirmar, sem nenhum rigor conceitual, a democracia abstrata, descontextualizada, como um fim em si. No campo da economia, a Articulação, à frente do PT, passa de uma posição nitidamente antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária e da negação da ordem capitalista a defender a possibilidade atrair em um 'possível' governo petista, os capitais de monopólios e trustes. As demais correntes, segundo Garcia, ou foram expulsas, ou se dissolveram, ou entraram em crise ideológica[xliii].

A crise ideológica é expressa, em especial, no 7º Encontro em 1990 e no 1º congresso em 1991. O PT assumiu a tática da disputa pela hegemonia e, segundo nosso autor, "elevava, cada vez mais, a democracia representativa como um valor universal e conciliava também com a economia de mercado". (GARCIA, 2000:88).

O problema, conforme fica evidente, não é a luta pela hegemonia, que deve ser travada pela classe trabalhadora, mas o conteúdo desta hegemonia, sua direção e sua 'moral': "democracia e mercado". Torna-se explícito o abandono da perspectiva emancipatória que cedeu lugar às formas adaptativas ao sistema capitalista. Por fim, a mudança expressa pelo abandono dos referenciais teóricos marxistas e pela

ressignificação do conceito de hegemonia em Gramsci, que ao ser apropriado, pela Articulação passou a expressar, segundo Garcia:

A acumulação de forças na institucionalidade burguesa integra o processo de construção de hegemonia, de alteração na correlação de forças entre as classes sociais e de isolamento do poder do grande capital. (GARCIA, 2000: 95).

Diante dessa capitulação, todas as demais bandeiras e princípios de luta históricos dos trabalhadores, a independência de classe e o papel do operariado como protagonista político no PT foram abandonadas sucessivamente.

O impacto das alterações nas formulações e nas práticas petistas se faz sentir no movimento sindical, em especial na Central Única dos Trabalhadores.

Em 1991, surge em lugar do sindicato que combate a colaboração de classes, o “sindicato cidadão” e negociador dos anos noventa. Garcia analisa a resolução do Congresso do PT de 1991 a respeito do papel da CUT na luta que o partido pretendia empreender pela hegemonia, este documento demonstrava que o PT passava a considerar tarefa do movimento sindical considerar o trabalhador não apenas assalariado, mas também como produtor, contribuinte, eleitor e cidadão. Este documento nos remete à participação da CUT no “Entendimento Nacional” com Collor e participando nas câmaras setoriais. Ao apoio à posse de Itamar Franco em defesa da governabilidade capitalista. O espaço institucional passou a ser privilegiado em detrimento da luta de classes.

Essa orientação passou a ser o eixo de atuação da Articulação em todos os espaços onde é dirigente. A dinâmica que alimentava os movimentos sociais e em especial o movimento sindical, a força da democracia direta e da participação e a clareza da necessidade da luta na defesa dos interesses da classe fora invertida. Agora, os movimentos sociais e em especial os sindicatos passavam a existir para alimentar com quadros, receitas, votos e poder de pressão social a máquina eleitoral na qual o partido havia se tornado. Ainda que pese o conjunto de reformas pelas quais o Estado passou e a reestruturação produtiva de amplos setores da economia, a resposta encontrada para essas alterações atendeu a outras necessidades específicas das lideranças reformistas e não aos interesses imediatos e mediatos da classe trabalhadora. Os efeitos estão presentes nas condições de vida dos trabalhadores em nosso país. Para os trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais em particular, dirigidos pela Articulação Sindical há 27 anos, foram desastrosos.

Assim como no PT, o marco da mudança na CUT é o início dos anos 1990, em especial a greve geral do mesmo ano, desmarcada e substituída pela ida à Brasília para a participação do ‘Entendimento Nacional’ com o governo Collor. Abandonou a luta política,

a agitação das idéias e contra o modelo de desenvolvimento econômico, também não assumiu a luta contra o modelo neoliberal. Segundo BOITO:

Sem a perspectiva do confronto, firmou-se a proposta de participação do sindicalismo cutista na definição da política governamental, como a participação em fóruns tripartites. (1999:144).

A atuação passou a ser a defesa da linha do sindicalismo propositivo. Essa modalidade de atuação foi implementada na CUT pela corrente majoritária e depois hegemônica, Articulação Sindical. De acordo com nosso autor de suporte: “A Articulação apostou na negociação com os governos neoliberais, apesar da oposição das correntes de esquerda”. (1999: 145).

Na década de noventa, as mobilizações deixaram de ser o foco da atuação da Central e as reivindicações foram concentradas exclusivamente na reposição de perdas salariais. Boito afirma que pela estratégia propositiva a concepção de sindicato de luta de massas foi substituída pela concepção contratualista e fragmentada. O autor também afirma que, a partir de 1996, acentua-se o processo de ‘despolitização’ da CUT que passa a defender o não enfrentamento com os governos neoliberais com base na ‘crença’ de que não haveria alterações no sistema capitalista e, portanto, não deveriam privilegiar a luta por direitos sociais. Todos esses aspectos apontam para a capitulação da Central à ideologia neoliberal e para a adoção do sindicalismo propositivo, leia-se cidadão. Aquele que participa e que busca soluções para o conjunto da sociedade, mas que entre os próprios sindicatos entram em competição pelas verbas públicas seja para o setor no qual a categoria atua, seja para implementar projetos nos próprios sindicatos. Para a formação da consciência da classe, quer dizer, como experiência educativa o efeito foi drástico, trazendo o rebaixamento das lutas, o corporativismo, a fragmentação e o abandono da solidariedade de classe.

Além disso, importantes grupos ligados à CUT e oriundos dos grandes e históricos sindicatos mudaram de classe social. A organização de fundos de pensão e a criação de linhas de financiamento administradas pela Central, os cursos de capacitação e alfabetização que movimentam importantes recursos públicos, criam uma nova modalidade de burocratas e executivos cujos privilégios são os altos salários e o saldo para a classe o rompimento de importantes valores tão caros e historicamente ligados ao movimento sindical internacional. Em seu lugar, é reforçado o que existe de mais atrasado na política em nosso país: o clientelismo, o coronelismo, a manutenção de currais eleitorais a partir da distribuição de algumas benesses, o uso da máquina sindical para as políticas partidárias conservadoras. Práticas que pude observar, empiricamente, também no Sind-UTE.

Por tudo isto, considero a partir de GRAMSCI (2000), TROTSKY (1978) e MANDEL (2005) que os fenômenos observados no Sind-UTE, CUT e PT, espelham e partilham do fenômeno da burocratização que pode ocorrer nas organizações de trabalhadores tanto reformistas quanto revolucionárias mas, pela cisão metodológica entre o econômico e o político que realizam, as organizações social-democratas são mais propensas a apresentar.

TROTSKY (1978) analisou as condições de atuação do movimento sindical na fase monopolista do capitalismo e alertou para a possibilidade do movimento sindical de orientação reformista se tornar social-imperialismo. Ainda segundo Trotsky o objetivo do Estado burguês em criar a dependência da burocracia em relação ao Estado é o disciplinamento da classe operária fazendo-a trabalhar mais a serviço dos “interesses comuns” do Estado e que fazem “coincidir” superficialmente com os da própria classe operária. A tarefa da burguesia consiste em liquidar os sindicatos como organismos de luta de classes e substituí-los pela burocracia como organismos de dominação dos operários pelo Estado burguês.

Gramsci, em sua teoria do Estado, apresenta indicações metodológicas nas quais afirma a necessidade das ações da classe trabalhadora de evitar qualquer método de direção que defenda o corporativismo. Alerta para a necessidade de realizar igualmente uma ruptura metodológica com o positivismo, representada pela necessidade de estabelecer uma visão orgânica e histórica do Estado, para compreender a dinâmica através da qual põe em funcionamento o conjunto de atividades práticas e teóricas para a obtenção do consenso. E finalmente uma ruptura política com o pensamento liberal, na qual reafirma a defesa da revolução, posto que apresenta a necessidade de fazer a crítica ao liberalismo, as outras formas de economicismo, inclusive de esquerda, cujo complemento, segundo ele, é o reformismo. A saída adotada pelas entidades analisadas, em especial o Sind-UTE, dentro da concepção reformista foi o sindicalismo propositivo, que é uma forma de ir convergindo novamente para um sindicalismo tutelado pelo Estado [xliv]. A forma como a social-democracia elabora as respostas à dinâmica da luta de classes expressa uma concepção fetichizada das relações sociais de produção e, por conseguinte, o resultado das lutas parciais nas instâncias que dirige tende ao rebaixamento tanto das perspectivas de conquistas imediatas quanto da luta pela transformação da sociedade, na verdade a luta pela transformação acaba por ser abandonada.

A passagem da social-democracia para o social liberalismo, sob a nova investida conservadora nomeada neoliberalismo, é o resultado da fetichização a qual já me referi. A apreensão fenomênica [xliv] na base se dá pela ausência da mediação de uma liderança revolucionária, pela burocratização dos dirigentes e pelo controle que estabelecem a partir da aristocracia que mantém em torno de si.

Segundo Mandel^[xlvi] a divisão social do trabalho e o surgimento do Estado fazem nascer potencialmente o germe da burocratização. A cisão entre o fazer e o pensar se aprofunda quanto mais a sociedade se especializa e o trabalho se complexifica. Sob o capitalismo esse risco potencial se agrava, dado o grau de especialização das tarefas na produção. Essa divisão impede que os trabalhadores adquiram os conhecimentos necessários para conduzir autonomamente a atividade política e social de forma permanente. Portanto, nas atividades políticas que desenvolvem os trabalhadores precisam preparar as ferramentas e aqueles que as utilizarão para que no enfrentamento político, as diferentes possibilidades de formação alcançadas pelas frações da classe venha a ser suprida pela mediação dos que conquistaram melhor formação. Aqui reside o risco de burocratização quando uma camada se especializa na atividade dirigente. Essa possibilidade é reforçada pela fetichização presente nas relações sociais de produção sob o capitalismo, cujo processo de produção leva a um comportamento que cristaliza ideologicamente a fetichização.

Sob o capitalismo, segundo Mandel, há sempre o risco potencial de que os valores comunistas sejam trocados pelos da democracia burguesa. Ele ressalta que o risco de burocratização está ligado ao “desaparecimento dos obstáculos que a classe conscientemente cria para evitá-lo” ^[xlvii].

Assim como TROTSKY (1978), MANDEL (2005) destaca que os riscos sob a fase imperialista do capitalismo tendem a ser maiores e aprofundar de tal forma a dialética das conquistas parciais que ela se apresenta no que considera a fase final do sistema em questão. Pode, segundo ele, aparecer nesse momento mudanças na orientação política, a integração consciente na sociedade burguesa, a colaboração de classes. Sob essas mudanças a burocracia se expande. Mandel as enumera:

Uma parte dos dirigentes convive de maneira consciente com a burguesia e integra-se a sociedade capitalista. Os obstáculos à burocratização levantados pela consciência socialista desaparecem; Os privilégios se multiplicam; os parlamentares social-democratas já não oferecem uma parte do salário à sua organização e tornam-se uma verdadeira clientela no seio da classe operária. A partir desse momento, a degeneração burocrática só pode proliferar. (MANDEL: 2005).

As lideranças das entidades abordadas neste artigo tornaram-se a partir do processo que descreveremos ao longo deste trabalho, funcionários dos interesses da classe dirigente, organizados e gerenciados a partir do corpo de intelectuais e dirigentes que conformam o Estado em nosso país e em Minas Gerais em particular. Essa condição de funcionários assume formas distintas das vinculações formais ao serviço de administração do Estado.

A cooptação dessas lideranças e o estabelecimento de uma burocracia à frente das organizações de trabalhadores é a expressão da criação desse corpo de funcionários do Estado por dentro dessas organizações, é sua ampliação no sentido gramsciano e sua possibilidade de operar não apenas de fora da organização, pelo reforço constante dos dispositivos repressivos do Estado policial militar, mas a possibilidade concreta de atuar, internamente, pelo convencimento. Os mecanismos de controle se tornam também internos às organizações e passam a operar o processo educativo para a aceitação das condições impostas pelo capital, mas que são interpretadas como limites naturais das condições de desenvolvimento. Há assim um reforço dos mecanismos ideológicos em ação nos aparelhos privados e a hegemonia da classe dominante, nessas condições, tende a se realizar através deles. Assim o Estado se torna mais amplo, apesar de parecer o contrário (é comum a denominação da política neoliberal como de “Estado Mínimo”).

A burocracia tende, portanto, a romper com os valores e os princípios de organização da classe trabalhadora e se tornar antidemocrática, conservadora. A tarefa das lideranças que assumem a forma burocrática deixa de ser organizativa emancipatória e passa a ser representativa e conformativa. As representações das demandas da classe tendem a se restringir aos limites de concessões feitas pelo próprio Estado Burguês e as lideranças da classe devem fazer parecer conquistas de lutas por eles encaminhadas.

O Sind-UTE passou a realizar, através de suas lideranças importante tarefa educativa para a conformação da categoria que representa para os limites impostos pela reestruturação produtiva no âmbito de Minas Gerais e do país. O comportamento observado na base desta categoria profissional demonstra um processo de despolitização e fragmentação operado pelas lideranças que, em uma perspectiva marxista, deveriam organizar estes trabalhadores e apresentá-los diante do Capital e do Estado Burguês como força social.

O cenário político que se desenha hoje no Brasil e em especial em Minas Gerais com a reeleição de Lula e Aécio Neves devem aprofundar as contradições vividas por estes trabalhadores e lançar novos desafios tanto às lideranças sociais liberais como às oposições que, juntamente com a classe trabalhadora ou em oposição a ela, elaborarão suas respostas às condições objetivas através das quais as lutas de classe ocorrerão. Conforme Marx, a atuação consciente das lideranças comprometidas com a emancipação da classe deverá ser capaz de mediar as respostas coletivas para que os trabalhadores possam lutar para resolver suas contradições até o fim.

Referências Bibliográficas e Fontes

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? , Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. Cortez Editora, Campinas, 1995.

BOITO JR, Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura

sindical. Campinas, UNICAMP, 1991.

- _____. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. Xamã, 1999.
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista, RJ, Jorge Zahar, 2001.
- BRIGHON, Process Group. O processo de Trabalho Capitalista, Em: DA SILVA, T.T. (org) Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.
- CAVALHEIRO, Hemengarda de C. A Organização dos Professores Públicos e a Realidade Brasileira; Uma perspectiva Histórica e Sindical e dois estudos de caso: APPMG e a UTE. Porto Alegre. IFCS?PUCRS, 1989. (dissertação de mestrado).
- FOSTER, John Bellamy. O Fim do Capitalismo Racional. Site: resistir.info acesso em 04/03/2005; não há versão impressa.
- FRIEDMAN, Milton: Capitalismo e Liberdade, RJ, Ed. Arte Nova, s/d.
- FRIGOTTO, Gaudêncio: Educação e a Crise do Capitalismo Real, SP, Cortez Editora, 2000.
- _____. A Produtividade da Escola Improdutiva. SP, Cortez, 2001.
- GARCIA, Ciro. Partido dos Trabalhadores: Rompendo com a lógica da diferença. Niterói, UFF, 2000. (dissertação de mestrado).
- GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu (org). Neoliberalismo Qualidade Total e Educação. Visões críticas, Petrópolis, Vozes, 1999.
- GLUCKSMAN, Christiane Buci: A Problemática da Ampliação do Estado. RJ, Paz e Terra, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. V1: Introdução ao Estudo da Filosofia e V3 Notas sobre o Estado; Org. Carlos Nelson Coutinho, RJ, Civilização Brasileira, 2000.
- HAYEK, Friedrich A. O Caminho da Servidão. Porto Alegre, Ed. Globo, 1977.
- HARVEY, David. A Transformação Político - Econômica do Capitalismo do final do Século XX. Em: Condição Pós-moderna. SP, Companhia das Letras, 1998.
- KOSIK, Karel. Dialética da Totalidade Concreta. Em: Dialética do Concreto. SP, Paz e Terra, 1995.
- MANDEL, Ernest. A Burocracia no Movimento Operário, Marxism Internet Archives, Seção em Português, 2005. Acesso em 18/06/2005.
- _____. A Natureza do Reformismo Social Democrata. Site: combate.info, 2005. Acesso em 18/06/2005.
- MARX, K. Sindicalismo, SP, CHED, 1980.
- _____. Processo de Trabalho e Processo de Produzir mais valia. www.dominiopublico.com.br Acesso em 10/05/2005.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo, Paz e Terra, 1998.
- SILVA, M^a Aparecida da. Administração dos Conflitos Sociais: as reformas administrativas e educacionais como resposta às questões emergentes da prática social (o caso de Minas Gerais). SP, UNICAMP, 1994. (tese de doutorado).
- TAVARES, Rosilene Horta. Os Trabalhadores em Educação e suas formas de luta em Minas Gerais. BH, FAE/UFMG, 1995. (dissertação de mestrado).
- TEIXEIRA, Lúcia Helena G. A Cultura Organizacional e o Impacto das Propostas de

Mudança em escola Estaduais de Minas Gerais. Em: Políticas Públicas e Educação Básica, DOURADO, L.F e PARO, V.H (org), SP, Xamã, 2001.

TROTSKY, L. Os Sindicatos na Época da Decadência Imperialista. Em: Escritos Sobre Sindicatos. SP, Kairós, 1978.

TUMOLO, Sergio Paulo. Da Contestação à Conformação: A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista.

WOOD, Ellen Meikins: Classes como processo e como relação. Em: Democracia Contra Capitalismo. A renovação do Materialismo Histórico, SP, Boitempo, 2003.

Fontes:

Governo de Minas Gerais: Minas Séc XXI: Progresso Econômico e Melhoria da Qualidade de Vida. Diretrizes para o Plano de Governo Hélio Garcia. 1991-1994.

_____: Plano de Ação do Governo Eduardo Azeredo. Minas para Todos: à democratização do desenvolvimento. 1994.

_____. 365 dias de trabalho. Governo Itamar Franco, 1999.

_____. Plano Mineiro de desenvolvimento Integrado. Governo Aécio Neves. 2004.

1º e 2º Fórum Mineiro de Educação. Documento base para a discussão dos encontros regionais. Belo Horizonte, Governo do Estado de Minas Gerais, SEE, junho de 2001.

ESCOLA SAGARANA: Educação para a vida com dignidade e esperança; Governo do Estado de Minas Gerais; 2ª Edição revista e ampliada, agosto 2001.

Manual da Avaliação de Desempenho Individual (ADI) dos servidores da Secretaria de Estado de Educação. SRH/SEE/MG, 2004.

Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, executivo, 15 de maio de 2003, página 05, Choque de Gestão moderniza o Estado.

Mensagem nº. 135/2003 ao Presidente da ALEMGO, Encaminhando o Projeto de Lei do Plano de Carreira.

TESES aos Congressos dos trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais e RESOLUÇÕES congressuais. Anos de 1990; 1991; 1993; 1995; 1997; 1999; 2003; 2006.

BOLETINS e INFORMATIVOS do Sind-UTE: 1998 a 2006, séries incompletas.

[i] Este artigo tem como base a dissertação defendida no programa de pós- graduação em educação da UFF em setembro de 2006.

[ii] Subsunção Real: separação entre capital constante (meios e objetos de trabalho) e o capital variável (força de trabalho ou o próprio trabalho). Através da Maquinofatura o capital se apropria das funções de especificação, organização e controle e as executa de forma independente do trabalhador que se torna mais uma peça na engrenagem da produção e da acumulação ampliada. BRIGHON, Labour Process Group, O Processo de Trabalho Capitalista, em: DA SILVA, T.T (org) Trabalho, Educação e Prática Social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991:15 a 43.

[iii] Transformismo: No sentido gramsciano a cooptação pelo bloco no poder de membros de oposição. Pode ocorrer 'molecularmente', quando personalidades políticas surgidas nos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à 'classe política' conservadora ou quando grupos inteiros migram para esse campo. Gramsci, A: Cadernos do Cárcere, V3: 201; V5: 63, 93, 286,287.

[iv] Cf. SADER (1995); TUMOLO (2002) BOITO (1991) e (1999).

[v] Choque de gestão: nome dado a um conjunto de medidas tomadas em maio de 2003 pelo governador Aécio Neves. As medidas abrangeram aumento da arrecadação em impostos diretos como o IPVA, redução de gastos nas áreas sociais (materiais hospitalares, escolares etc.). A não concessão de aposentadorias, em especial aos servidores temporários, vinculação de aumento de salários a arrecadação do ICMS, reforma geral do Estado seguindo a política de 'estado mínimo'. Com essas medidas o governo do estado obteve a reabertura do financiamento externo para os projetos dos empresários mineiros. Da mesma forma o governo alardeou a "conquista" do déficit zero que significa só gastar aquilo que arrecadar. Isso demonstrou aos investidores estrangeiros a capacidade de endividamento do estado, ampliando os empréstimos para Minas. Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais de 15/05/2003; acesso também pelo site do governo de Minas Gerais. O Banco Mundial mantém investimentos em Minas desde 1952. Como "prêmio" ao governo de Minas e em demonstração de apoio, logo após a notícia do déficit zero o Banco Mundial liberou um empréstimo de U\$170 milhões anunciado pelo diretor do Banco Mundial para o Brasil Vinod Thomas; pelo choque de gestão o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias, anunciou a liberação de uma parcela de U\$ 104 milhões e a inclusão de Minas no Prodetur NE II (Programa de desenvolvimento do Turismo no nordeste que inclui o Vale do Jequitinhonha).Fonte: www.agenciaminas.mg.gov.br ou www.mg.gov.br ou www.iof.mg.gov.br .

[vi] Tancredo Neves é alçado a presidência da república no processo de abertura lenta e gradual proposta pelos militares, mas não chega a assumir o cargo. Adoece e falece antes da posse. Em Minas Gerais Hélio Garcia assume o governo, na presidência assume José Sarney.

[vii] O secretário era, desde 1985, Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto. Intelectual orgânico conservador filiado ao PMDB (início da carreira e ainda no período de abertura) ao PRS, Partido das Reformas Sociais e PTB (ao qual se mantém filiado). Curso Engenharia Química, UFMG, Belo Horizonte, 1961-1966; Administração de Empresas, FUMEC, Belo Horizonte, MG, 1971-1973. Administração Financeira, Controle Administrativo e Análise Financeira, Fund. João Pinheiro e Columbia University, Belo Horizonte, MG, 1972; Política e Estratégia Empresarial, Fund. João Pinheiro, Belo Horizonte, MG, 1975; Praticum in Administration e School Leadership, University of San Francisco, Califórnia, EUA, 1981; Estratégias para o Aperfeiçoamento Federalista do Brasil, ESG, Rio de Janeiro, RJ, 1984. Como profissional é Sócio Fundador, Curso Pitágoras, Belo Horizonte, MG, 1966-1973; Professor, 1968-1971, UFMG, Belo Horizonte; Diretor, Biobrás S.A., Belo Horizonte, MG, 1971-1981 e 1980-1985; Presidente Sistema Pitágoras de Ensino Ltda., Belo Horizonte, MG, 1973-1994; Sócio da Apolo Inc. Multinacional do Ensino; Secretário Municipal de Planejamento, Belo Horizonte, MG, 1983-1985; Secretário de Desburocratização e Reforma Administrativa do Estado de Minas Gerais, 1985-1986; Presidente, CETEC, MG, 1986-1987; Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais, 1986-1987; Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, 1991-1994; Secretário de Planejamento e Coordenação-Geral do Estado de Minas Gerais, 1994-1998. Foi vice-governador de Minas Gerais pelo PTB entre 1994 e 1998; deputado federal pelo PTB –MG entre 1999-2003; atual Ministro do Turismo pelo mesmo partido, no governo Lula (PT/PL). Fonte: página de Walfrido como deputado, acessível pelo portal Câmara.

Para os demais membros do Governo Estadual o portal do governo fornece um sistema de comunicação institucional que pode ser consultado.

[viii] É necessário registrar que a discussão destas propostas não significa necessariamente sua adoção ou o atendimento das demandas, pelo contrário. A rede pública de Minas Gerais sofre de deficiência crônica de profissionais, o piso salarial se apresenta abaixo do salário mínimo, a contratação se mantém em relações de trabalho precarizada para 47% dos 288mil trabalhadores em educação no estado e o plano de carreira implantado atende a menos de 30% destes profissionais. Dados obtidos dos boletins emitidos pelo Sind-UTE Minas Gerais e também pelo DIEESE seção de Minas, acesso pelo site do Sindicato: www.sindutemg.org.br .

[ix] FRIGOTTO, G: Educação e Formação Humana: ajuste conservador e alternativa democrática. Em: GENTILI e SILVA (org); 1999.

[x] De acordo com SILVA (1994) e através dos decretos por ela analisados, como os decretos nº. 27.166 de 22/07/87; o nº. 27. 276 de 26/08/87; o nº. 27.212 de 11/08 87 e do nº. 27.541 de 20/11/87, entre outros, elencamos as seguintes alterações: o aprofundamento da cisão entre o setor administrativo e o docente no espaço da secretaria de educação pelo recrutamento dos quadros mais qualificados. a proibição do afastamento especial, através do qual os professores poderiam freqüentar os cursos de pós graduação e de qualificação profissional com licença remunerada. Os profissionais deslocados para outros setores tiveram sua autorização cancelada. O governo transferiu para a Casa Civil a competência de controlar o regime de contratação de pessoal para a prestação de serviços ao estado. Foi proibida a contratação de professores

substitutos. A contribuição mensal ao sindicato foi cancelada e deveria ser renovada pelo recadastramento direto, pessoal, pelo servidor, comparecendo à secretaria de administração para autorizar o desconto. O controle sobre as contratações, pagamentos e autorizações deixa a órbita de secretaria de educação e passam a ser operacionalizado pela Casa Civil, pela Fazenda e Administração. Frutos destas ações cerca de 114 mil trabalhadores não tiveram seus contratos de trabalho renovados, podemos avaliar o impacto na vida destes trabalhadores bem como no andamento do trabalho escolar; no período seguinte de recontração houve o enxugamento de 20 mil postos de trabalho tudo isto inviabilizou até mesmo a autorização de licenças para tratamento de saúde, prática que vigora ainda hoje. O governo deixou ociosas cinco mil salas de aula e, ao mesmo tempo, 200mil alunos que tinham realizado suas matrículas não tinham onde estudar. O grau de deterioração da estrutura física era igualmente alarmante. Dados obtidos por SILVA (1994) e TAVARES (1995) coletados através de pesquisa em jornais da época.

[xi] O Sind-UTE representa : professores, secretários, orientadores, supervisores, auxiliares de serviços gerais e demais profissionais da área técnica em educação. Por isso refiro-me, sempre, a trabalhadores em educação.

[xii] É importante ressaltar que essas medidas são adotadas antes da reforma do Estado empreendida por Bresser Pereira no âmbito da União. Contudo a ideologia neoliberal e sua 'nova' cartilha estavam presentes. Para aprofundar a ideologia que permeia o projeto: FRIEDMAN (s/d) e HAYEK (1977).

[xiii] As prioridades estão delineadas no documento: Programa Minas Séc. XXI.

[xiv] Sobre a concepção de qualidade que informa os projetos do empresariado em geral, excelente análise em GENTILI in: GENTILI e SILVA (1999).

[xv] No conceito clássico e central do Marxismo. Excelente síntese em BOTTOMORE (2001).

[xvi] Cf. nota 7

[xvii] Boletim do Sind-UTE, sem número, sem ano, Título: Azeredo demitiu 32 mil trabalhadores no ensino. Arquivo da subseção de Juiz de Fora. A administração recontratou, ao longo do período, esses profissionais e ao final foi contabilizado o desemprego, de fato, de seis mil trabalhadores.

[xviii] Nucleação: procedimento que agrupa turmas de ensino médio em escolas "pólo" por considerar baixo o número de matrículas em determinada região. Tal procedimento levou ao fechamento do ensino médio em diversas escolas. Os alunos, especialmente do noturno, que concentra muitos trabalhadores foram especialmente penalizados ampliando sua jornada diária com o deslocamento para escolas mais afastadas. Para os profissionais da educação houve diminuição de postos de trabalho. Dados do DIEESE/MG para o ano de 2000 o número desses profissionais encontrava-se em torno de 133.713, do total de 282.127, ou seja, 47% dos profissionais da rede.

[xix] O Documento que sistematiza as mudanças propostas por este governo é: Escola Sagarana: Educação para a vida com dignidade e esperança; Governo do Estado de Minas Gerais; 2ª Edição revista e ampliada, agosto 2001

[xx] Arquivos do Sind-UTE, subseção de Juiz de Fora.

[xxi] Plano Nacional de Educação (PNE) diverso do Plano construído democraticamente e proposto pela sociedade brasileira através do Fórum de Defesa da Escola Pública. Igualmente foi enviado ao senado o projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9493/96) cuja tramitação também não respeitou a discussão acumulada na sociedade civil ao longo dos dez anos seguintes a promulgação da Constituição Federal em 1988.

[xxii] Como exemplo podemos citar 15 entidades ligadas ao governo (desde secretarias até a federação das indústrias de Minas Gerais); dez sindicatos e associações da classe trabalhadora (entre sindicatos e associações de pais). Quanto ao número de delegados, a secretaria estadual de Educação dispunha de dez vagas, o sind-UTE cinco, a Associação de Pais duas, a FIEMG duas. Documento Base para a discussão dos encontros regionais do 2º Fórum Mineiro de Educação, SEE, MG, junho a outubro de 2001. p 36 e p42.

[xxiii] A avaliação de desempenho se apresenta nos moldes liberais como mecanismo de controle e domesticação da força de trabalho. Ela quebra a matriz estruturadora das antigas carreiras e cria uma nova forma de vinculação e progressão através deste mecanismo que é em sua essência meritocrática, punitiva e

demissionária. Fonte: Manual da Avaliação de Desempenho Individual (ADI) dos Servidores da Secretaria de Estado da Educação. SRH/SEE/MG, 2004.

[xxiv] Vemos claramente os princípios empresariais das reformas administrativas que inspiraram a reforma do Estado no Brasil presentes na linha argumentativa do governo e presentes em Minas Gerais desde a abertura democrática. Apenas a partir do Pró-Qualidade tornam-se mais estruturadas e sistematizadas.

[xxv] BRINGTHON, Labour Process Group (1991:23, 24) e para a valorização e gerência (páginas 27,28)

[xxvi] Porosidade: evitando os intervalos no processo produtivo o que significa a intensificação do ritmo de trabalho. Em: DA SILVA, T.T (org) Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

[xxvii] Articulação Sindical: braço sindical da mesma corrente política que é hegemônica nas seguintes entidades: CUT - Central Única dos Trabalhadores, fundada 1983 por sindicalistas historicamente identificados com o novo sindicalismo. CNTE –Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, criada em 1990 a partir da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), fruto da unificação de várias federações é composta por 29 entidades e aproximadamente 700mil filiados. A principal força política na CNTE é a articulação sindical seguida da Corrente Sindical Classista do PCdoB. PT-Partido dos Trabalhadores: Fundado em 1980 em São Paulo. Fruto da ascensão dos movimentos de massa em especial das greves do ABCD de 1979 e do “Novo Sindicalismo” Se colocava como centro aglutinador das esquerdas e dos intelectuais comprometidos com o processo de democratização do país e das lutas dos trabalhadores.

[xxviii] Organização Tripartite: através da qual o Estado se coloca como árbitro dos conflitos entre o Capital e o Trabalho, é o arranjo típico do período considerado pela historiografia como “Estado de Bem Estar” ou a ‘época de ouro do capitalismo’, período de expansão pós-segunda guerra. Excelente análise crítica em FOSTER (2005).

[xxix] Milagre Brasileiro: expressão utilizada para designar o fôlego conseguido pela economia brasileira no período que coincide com a ditadura empresarial-militar e que é marcado pelo esforço de exportação e que não alterou o projeto de desenvolvimento posto que capitaneado pela mesma elite no poder. O modelo de desenvolvimento brasileiro continuou dependente e pró-monopolista, latifundiário e imperialista. Evidencia-se , portanto o caráter expropriativo e de maior concentração de renda e da riqueza favorecido pelos regimes ditatoriais.

[xxx] Movimentos Sociais: Distinguindo movimento social como aquele que se constitui a partir das demandas cotidianas dos trabalhadores, que não estão diretamente relacionadas a esfera do trabalho, mas que constituem a luta por melhores condições de subsistência seja pela resolução de necessidades materiais como habitação, transporte, saneamento básico, acesso a tratamento de saúde, escolas públicas ou por benefícios de natureza cultural mais ampla, que nos remetem as necessidades ‘morais’, ‘espirituais’, ‘identitárias’. Nesse sentido incluem-se os movimentos emancipatórios das chamadas minorias, os centros de cultura etc. (Conforme depreendo a partir de SADER: 1988).

[xxxi] ABC: complexo urbano industrial do setor de metalurgia, em especial das multinacionais montadoras de automóveis. Composto pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano. As principais lideranças do movimento sindical surgiram dos sindicatos desta região. Colocavam-se em ruptura com o modelo sindical burocratizado e adaptado ao governo empresarial militar. Tornaram-se conhecidos como ‘ Novo Sindicalismo’, sua principal liderança seria Luiz Inácio da Silva, o Lula, atual presidente da república.

[xxxii] APPMG: Associação dos Professores Primários do Estado de Minas Gerais, fundada em 1931. A representação exclusiva de professores primários deixava desorganizada ampla parcela de trabalhadores Os limites estreitos sob os quais atuava, a estrutura corporativista e centralizada, os efeitos de uma diretoria burocratizada e que atuava cada vez mais próxima do regime ditatorial transformaram-na em uma instituição que não expressava as demandas dos professores. A atuação da APPMG na greve de 1979 claramente de contenção do movimento, declarando-a inoportuna, atuando de maneira colaboracionista com o governo levaram-na ao isolamento. A Associação continua atuando, dentro dos mesmos moldes, ainda que de maneira residual. Excelente histórico em CAVALHEIRO (1989); É possível também acessar o site da entidade pelo endereço: www.appmg.org.br

[xxxiii] Experiência no sentido empregado por Thompson a experiência da determinação, experiência como mediação em um processo histórico de formação de classe e sob as pressões estruturais determinantes das relações de produção, mas que se estende para além do processo imediato de produção e do nexos imediato de extração da mais valia e engloba as unidades particulares de produção. É em meio a essa experiência

comum que toma forma a consciência social e a disposição de agir como classe. In: WOOD (2003:73 a 98).

[xxxiv] CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito. Apura os ilícitos cometidos por parlamentares e/ ou membros do governo e tem por obrigação dar os encaminhamentos cabíveis.

[xxxv] O Brasil é um país cuja política é muito marcada pelo personalismo. Realizar o enterro público de um partido que se colocava como oposição ao regime militar mais que compunha com ele, ao participar do colégio eleitoral (que referendava os nomes de candidatos a presidente por eleição indireta) colocava este sindicato na condição de realizar importante tarefa educativa na elevação da consciência política da categoria que organizava. FIGUEIREDO (2006:95 a 99).

[xxxvi] Embora a direção da UTE considere a participação da greve de 1989 pequena, comparada aos anos anteriores, é importante ressaltar que ao final deste período o governo Newton Cardoso tinha acumulado três processos de impedimento e uma CPI da educação (não foi possível levantar se houve outras). Durante esta década a UTE realizou, em dez anos de existência, onze congressos, inúmeros encontros de núcleos de disciplinas, encontros pedagógicos e cursos de formação. É importante destacar que a greve de 1989 aconteceu no ano da primeira eleição direta para presidente na qual concorreram a disputa pela direita Fernando Collor de Mello (PRN) e, pela esquerda, Luiz Inácio da Silva, o Lula, tendo obtido 48% dos votos em uma intensa disputa eleitoral. FIGUEIREDO (2006).

[xxxvii] Acredito que a unificação institucionalizada é o prenúncio da burocratização e da verticalização que começava a ser implantada nestas organizações. A partir deste período a CUT passa a propor o sindicalismo orgânico, atua externamente na linha do sindicato cidadão e filia-se a ORIT e a CIOSL, centrais internacionais de orientação liberal. Este se constitui em um interessante objeto de pesquisa no que diz respeito ao imperialismo no movimento sindical.

[xxxviii] ORIT: Organização Interamericana de Trabalhadores. CIOSL: Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres.

[xxxix] Respectivamente: LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação; PCNs: Parâmetros Curriculares Nacionais; FUNDEB: Fundo Nacional para a Educação Básica; ProUni: Programa Universidade para todos (que disponibiliza vagas em instituições privadas com vários regimes de bolsa para alunos trabalhadores. O portal do MEC disponibiliza os documentos tanto do FUNDEB quanto do ProUni. Campanha pela conversão da dívida externa em recurso para a educação. Esta campanha é realizada pela CNTE e se apresenta como um caminho oposto ao que historicamente foi encaminhado por inúmeras organizações sociais expresso, por exemplo, no plebiscito pelo não pagamento da dívida externa considerada ilegítima.

[xl] Notas de Pesquisa. Ao longo dos últimos dois anos e meio as assembleias se mantiveram, em média, com um número que variou entre 150 a 600 pessoas. Em momentos de divulgação de novas alterações na administração por parte do governo chegou a 1000 ou 2000 pessoas. Número extremamente baixo se levarmos em consideração o universo de 288mil trabalhadores. Podemos afirmar que no geral as assembleias tem sido de dirigentes.

[xli] GRAMSCI (2000) e GLUCKSMAN (1980).

[xlii] A categoria social –liberal, na forma aqui empregada, deve-se à Ronald Rocha, que a utiliza aplicada ao PT como: “a categoria que procura sintetizar duas associações doutrinárias e político-práticas. A primeira é o fato de que o PT aderiu ao liberalismo sem abandonar, nos seus documentos oficiais e nas falas de seus defensores, a palavra socialismo, embora lhe imprimisse um conteúdo conservador. A segunda é o fato de que o PT, como fica claro no programa de governo de 2002, fundiu o liberalismo com a dominância do que chamou “eixo social”, daí derivando uma ênfase político-administrativa peculiar nas medidas compensatórias do tipo “bolsa-família” – em sua maioria já existentes nos governos de Fernando Henrique e previstas por instituições mundiais promotoras do pensamento único –, que passaram a justificar e articular sua abordagem da questão social em todos os terrenos”. Correspondência entre a pesquisadora e Ronald Rocha.

[xliii] Nesse aspecto sua avaliação para o PT compõe com a avaliação de BOITO Jr. (1999) ao analisar as correntes sindicais na CUT.

[xliv] BOITO JR, A. (1991) e (1999).

[xliv] KOSIK, K (1995).

[xlv] Mandel, E: A Burocracia no Movimento Operário, Marxists Internet, Archives, 2005 e A Natureza do Reformismo Social Democrata, combate. info, 2005. Acesso em 18/06/2005. Os textos não contêm numeração de páginas.

[xlvi] Para Mandel através de uma organização revolucionária os trabalhadores podem construir mecanismos, conscientemente, através dos quais os trabalhadores tentam evitar que a burocratização e seus efeitos (a degeneração) ocorram. Quando um grupo cuja orientação é distinta ou quando o próprio grupo revolucionário envereda pelo caminho da burocratização esses obstáculos tendem a ser retirados; Isso em si já expressa a capitulação da organização.